



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº. 31/2025

UASG nº 102127 – MP

Processo SEI nº 154.00009816/2025-20

OBJETO

Contratação de serviço de engenharia para elaboração de laudo estrutural e relatórios técnicos de infiltração, nos termos do inciso I do caput do art. 75 da Lei federal nº 14.133/2021

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 11.590,00

DATA DA SESSÃO

Dia 22/09/2025

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das 08h até às 14h

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim

Critério de Julgamento: menor preço por item

Link:

<http://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalFornecedor.asp>

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 31/2025 – MP

Sumário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA	3
2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.	3
3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL5	
4. FASE DE LANCES.....	6
5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS	7
6. HABILITAÇÃO.....	9
7. DOS RECURSOS, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO	10
8. CONTRATAÇÃO.....	11
9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	12
10.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	14

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 31/2025 – MP

Museu Paulista – USP

Processo SEI nº 154.00009816/2025-20

Torna-se público que a **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**, por meio do **Museu Paulista**, realizará Dispensa Eletrônica com critério de julgamento pelo **menor preço**, na hipótese do inciso II, *caput*, do artigo 75 da [Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto Estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024](#) e demais normas aplicáveis.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- 1.1. O objeto do presente procedimento de dispensa de licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a prestação de **serviço de engenharia para elaboração de laudo e relatórios técnicos** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.
 - 1.1.1. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.
- 1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

- 2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.
 - 2.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento/serviço que pretende atender.
 - 2.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo [aplicativo Compras.gov.br](#).
 - 2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão/entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 2.2. Nos limites previstos no artigo 4º da Lei federal nº 14.133/2021 e na Lei Complementar federal nº 123/2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no artigo 34 da Lei federal nº 11.488/2007 e no artigo 16 da Lei federal nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.
- 2.3. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 31/2025 – MP

2.3.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) Anexo(s);

2.3.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- g) não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- h) a vedação de que trata a alínea g deste subitem, estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- i) organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- j) pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

2.4. Será permitida a participação de:

- a) cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- a.1) Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 31/2025 – MP

porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007.

- 2.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.6. O disposto na alínea “c” do subitem 2.4.3. aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

- 3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
- 3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
 - 3.2.1. O fornecedor **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto para contratação.
- 3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.
- 3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
 - 3.4.1. Quando o objeto abranger a contratação de serviços, a proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
 - 3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.5. Independentemente do percentual do tributo que constar da proposta/planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.
- 3.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que compõe o Anexo I deste Aviso, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto contratado nos seus termos, bem como de fornecer/utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias corridos, a contar da data de sua apresentação.
- 3.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
 - 3.8.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 31/2025 – MP

- 3.8.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus Anexos;
- 3.8.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
- 3.8.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata [o art. 93 da Lei nº 8.213/91](#).
- 3.8.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#).
- 3.9. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no artigo 34 da Lei federal nº 11.488/2007 **(se admitida a participação de cooperativas)** deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar a exceção dos §§ 2º e 3º do artigo 4º supracitado, conforme especificado no item 3.9.1 subsequente.
- 3.9.1. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar federal nº 123/2006 as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização do certame, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do artigo 4º da Lei federal nº 14.133/2021.
- 3.9.2. Na hipótese de se verificar a exceção especificada no item 3.9.1, o fornecedor deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar federal nº 123/2006.
- 3.9.3. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).
- 3.10.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste Aviso.
- 3.10.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta.
- 3.10.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.
- 3.10.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. FASE DE LANCES

- 4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 31/2025 – MP

sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste Aviso.

- 4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 4.3. O lance deverá ser ofertado pelo *valor unitário* do item.
- 4.4. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
 - 4.4.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
 - 4.4.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **0,50 % (meio por cento)**.
- 4.5. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.6. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.7. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.8. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
 - 4.8.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 5.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, poderá haver a negociação das condições mais vantajosas.
 - 5.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.
 - 5.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.
- 5.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 5.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.
 - 5.3.1. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, na hipótese de modelo disponibilizado pela Administração neste Aviso, com os valores adequados à proposta vencedora.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 31/2025 – MP

- 5.4. Encerrada a etapa de negociação, será verificado se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.4. e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 5.4.1. SICAF;
- 5.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 5.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 5.4.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- 5.4.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- 5.4.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e
- 5.4.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).
- 5.5. Sempre que aplicável, as consultas aos cadastros acima serão realizadas em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 5.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).
- 5.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 5.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 5.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será inabilitado, por falta de condição de participação.
- 5.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus Anexos.
- 5.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 5.8.1. conter vícios insanáveis;
- 5.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Aviso ou em seus Anexos;
- 5.8.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação, se for o caso;
- 5.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso ou seus anexos, desde que insanável.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 31/2025 – MP

- 5.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 5.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - 5.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 5.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
 - 5.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.
- 5.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.
- 6.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 6.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
 - 6.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 6.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de **60 (sessenta) minutos**, sob pena de inabilitação. (art. 17, § 2º - [Decreto Estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024](#)).

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 31/2025 – MP

- 6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.5. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 6.6. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, no caso de centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
 - 6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
- 6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. DOS RECURSOS, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 7.1. Qualquer fornecedor poderá apresentar recurso administrativo quanto aos atos de julgamento de proposta e de habilitação ou inabilitação.
- 7.2. O Agente de Contratação irá consultar os fornecedores, via chat, sobre eventual intenção de interpor recurso.
- 7.3. A intenção de recorrer, devidamente motivada, deverá ser manifestada imediatamente, via CHAT, sob pena de preclusão;
- 7.4. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 7.5. As razões recursais deverão ser encaminhadas via *e-mail*: comprasmp@usp.br no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data do ato de habilitação ou inabilitação.
- 7.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 7.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais fornecedores será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 7.8. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 7.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, mediante solicitação formal via e-mail: comprasmp@usp.br.
- 7.10. Encerradas as fases de julgamento e de habilitação, exauridos os recursos administrativos, e constatada a regularidade dos atos praticados, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no artigo 71 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 31/2025 – MP

8. CONTRATAÇÃO

- 8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
 - 8.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada;
 - 8.1.2. Se não for possível atualizar os documentos por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar;
 - 8.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL” nos termos da Lei Estadual nº 12.799/2008;
 - 8.1.4. Com a finalidade de verificar se o fornecedor mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 5.4.
- 8.2. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:
 - 8.2.1. a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida no Termo de Referência que compõe o Anexo I deste Aviso;
 - 8.2.2. outra(s) exigência(s) que seja(m) definida(s) no Termo de Referência.
- 8.3. O adjudicatário terá o prazo de 05 (*cinco*) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
 - 8.3.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.
 - 8.3.2. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado por igual período por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.
 - 8.3.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.
- 8.4. O Aceite do instrumento equivalente, quando houver, emitido ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
 - 8.4.1. referido instrumento está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 8.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus Anexos;
 - 8.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 8.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência e/ou Termo de Contrato, quando houver.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 31/2025 – MP

- 8.6. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.1. Observadas as disposições da [Resolução USP nº 8548/2023](#), que integra este Aviso, e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.leginf.usp.br>, comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#), quais sejam:
- 9.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - 9.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 9.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
 - 9.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 9.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 9.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 9.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
 - 9.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
 - 9.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 9.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 9.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
 - 9.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
 - 9.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 9.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal e da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da extinção do instrumento contratual, resguardado o direito à ampla defesa (art. 24 – [Decreto Estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024](#)), às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 9.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - b) Multa calculada em percentual de 2% a 30% sobre o valor respectivo indicado nos artigos 4º, 8º e 9º, da Resolução USP nº 8548/2023, conforme o caso, observadas as demais disposições da mencionada normativa;
 - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 9.1.2 a 9.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 31/2025 – MP

- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 9.1.8 a 9.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
- 9.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante ([art. 156, §9º](#)).
- 9.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º](#)).
- 9.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157](#)).
- 9.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º](#)).
- 9.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis (art. 26, alínea “b” – Resolução USP nº 8548/2023), a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 9.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#)):
- 9.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 9.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 9.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 9.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante;
 - 9.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.10. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).
- 9.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160](#)).
- 9.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.13. As multas devidas pelo contratado poderão ser compensadas com pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ainda quando resultantes da execução de outro contrato, e/ou descontadas da garantia do respectivo contrato ou, quando

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 31/2025 – MP

for o caso, a Administração efetuará a cobrança judicialmente (art. 11 – Resolução USP nº 8548/2023).

- 9.14. As multas e demais débitos não pagos pelo contratado são passíveis de registro no **CADIN** Estadual, mediante prévio procedimento administrativo, observado o contraditório e a ampla defesa, em consonância com o disposto na Portaria GR nº 6723/2016.
- 9.15. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade nos seguintes sistemas:
 - 9.15.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>);
 - 9.15.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
 - 9.15.3. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções - (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
 - 9.15.4. Sistema Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
 - 10.1.1. republicar o presente Aviso com uma nova data;
 - 10.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;
 - 10.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
 - 10.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 10.2. As providências dos subitens 10.1.1 e 10.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 10.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 10.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 10.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 10.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 10.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 31/2025 – MP

validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

- 10.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 10.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 10.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 10.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 10.12. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do certame, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 10.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
 - ANEXO I – Termo de Referência
 - ANEXO II – Proposta Comercial
 - ANEXO III – Orientações sobre a retenção de imposto de renda
 - ANEXO IV – Justificativa do valor estimado da contratação

São Paulo, na data da assinatura eletrônica (ao final do documento).

Prof. Dr. Paulo César Garcez Marins
Diretor do Museu Paulista

ANEXOS



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – CONTRATAÇÃO DIRETA

Museu Paulista

Processo SEI nº 154.00009816/2025-20

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de **serviço de engenharia para elaboração de laudo estrutural e relatórios técnicos de infiltração** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDA- DE DE MEDIDA	QUAN- TIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de serviço de engenharia para elaboração de: - 01 (um) laudo estrutural de verificação da capacidade de carga do piso superior do imóvel localizado na Rua Xavier Curado, nº 25, Ipiranga – São Paulo/SP; e - 02 (dois) relatórios técnicos de impermeabilização, referentes aos imóveis situados na Rua Xavier Curado, nº 25, Ipiranga – São Paulo/SP e na Rua Bom Pastor, nº 731, Ipiranga – São Paulo/SP, com vistas ao reconhecimento de pontos de infiltração, ocorrência de mofo e afins, contendo proposição detalhada de medidas de intervenção corretiva e orçamento estimado para sua execução. O escopo do serviço consiste em: <u>1. Laudo estrutural (Rua Xavier Curado, 25):</u> - Análise técnica da capacidade de carga do piso superior do imóvel; - Identificação de eventuais limitações ou riscos estruturais;	876	serviço	1	R\$ 11.590,00	R\$ 11.590,00



- Apresentação de parecer conclusivo, com memória de cálculo, registro fotográfico e recomendações técnicas relacionadas à carga e possibilidades de acomodação de peso. <u>2. Relatórios técnicos de impermeabilização</u> (Rua Xavier Curado, 25 e Rua Bom Pastor, 731): - Vistoria detalhada dos imóveis para identificação de infiltrações, umidades, mofo, fissuras e manifestações patológicas correlatas; - Mapeamento das áreas afetadas, com registro fotográfico e descrição técnica; - Indicação de causas prováveis e diagnóstico técnico; - Proposição de medidas corretivas e preventivas, com detalhamento das técnicas a serem aplicadas; - Apresentação de orçamento estimado para a execução das intervenções necessárias. - Os orçamentos que integrarão os relatórios técnicos, material e serviço, deverão apresentar preços com indicação expressa das respectivas fontes, tais como a tabela de referência SINAPI ou valores praticados em estabelecimentos comerciais de fácil verificação. <u>Características adicionais do serviço:</u> - Todos os produtos deverão ser apresentados em meio digital (PDF) e em via impressa, assinados por profissional habilitado e acompanhado da respectiva ART/RRT. - Os relatórios e laudo passarão a integrar o acervo técnico do Museu, sendo vedada a divulgação a terceiros sem autorização da Administração. <u>Observações:</u> Área construída dos imóveis: - Rua Bom Pastor, 731: 620 m²; - Rua Xavier Curado, 25: 800 m².					
---	--	--	--	--	--



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.
- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 2023.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de **30 (trinta) dias** contados do **termo de início dos serviços**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.3. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

- 1.4. O **CONTRATADO** não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

1. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme justificado em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SUSTENTABILIDADE



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Não se aplica.

Garantia da contratação

- 4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

- 4.2. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.1.1. Início da execução do objeto: em até **10 (dez) dias da emissão da ordem de serviço / notificação de fornecimento**;
- 5.1.2. Término da execução do objeto: o **prazo de entrega** do laudo e dos relatórios é de **30 (trinta) dias corridos** após a emissão da ordem de serviço / notificação de fornecimento.

Local e horário da prestação dos serviços

- 5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços: **Rua Xavier Curado, nº 25, Ipiranga – São Paulo/SP, CEP 04210-100**; e na **Rua Bom Pastor, nº 731, Ipiranga – São Paulo/SP, CEP 04203-050**.
- 5.3. Os serviços serão prestados em **horário comercial (das 08h às 18h)**.

Rotinas a serem cumpridas

- 5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:
- 5.4.1. Não se aplica, pois a rotina de trabalho seguirá dinâmica própria.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, o **CONTRATADO** deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.5.1. Não se aplica.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. Imóvel da rua Bom Pastor, nº. 731: Área construída: 620 m²;

5.6.2. Imóvel da rua Xavier Curado, nº. 25: Área construída: 800 m².

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o **CONTRATADO** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A Universidade de São Paulo poderá convocar representante do **CONTRATADO** para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou outro instrumento equivalente (caso assim definido pela documentação que compõem a presente contratação), o órgão ou entidade poderá convocar o representante do **CONTRATADO** para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do **CONTRATADO**, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 6.6. O **CONTRATADO** designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. O **CONTRATANTE** poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto o **CONTRATADO**, hipótese em que o **CONTRATADO** designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

- 6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) [\(Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput\)](#).

Fiscalização Técnica

- 6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. [\(Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17\)](#).
- 6.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).
- 6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições do objeto executado e aprovará a planilha de medição emitida pelo **CONTRATADO** [\(Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III\)](#).
- 6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto [\(Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV\)](#).



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º);
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#));

Fiscalização Administrativa

- 6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III](#)).
- 6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV](#)).
- 6.17. Sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, o **CONTRATADO** deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.18. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- 6.18.1. Não se aplica.

Gestor do Contrato

- 6.19. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º](#)).



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX](#)).
- 6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII](#)).
- 6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII](#)).
- 6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único](#)).
- 6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará os critérios indicados neste item para aferição da qualidade da prestação de serviços, sempre levando-se em conta o quantitativo contratado e seus respectivos preços unitários, nos termos do item 1, para fins de glosa.
- 7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o **CONTRATADO**:
- 7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

- 7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **05 (cinco) dias**, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).
- 7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do **CONTRATADO** com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 17, X, [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).
- 7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 18, VI, [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).
- 7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao **CONTRATADO**, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
 - 7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
 - 7.7.2. O **CONTRATADO** fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **20 (vinte) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, VII).

7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao **CONTRATADO**, por escrito, as respectivas correções;



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.9.4. Comunicar o **CONTRATADO** para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao **CONTRATADO** para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo **CONTRATADO**, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de cinco dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao **CONTRATANTE**;
- 7.15. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

- 7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.

Prazo de pagamento

- 7.17. O pagamento será efetuado no prazo não inferior a **28 (vinte e oito)** dias, contados do dia seguinte ao recebimento provisório do serviço, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#) e da [Portaria GR. nº 8249/2023](#).
- 7.17.1. São condições para a liberação do pagamento:
- a) O recebimento definitivo do objeto;
 - b) A entrega da documentação fiscal completa;
 - c) A não existência de registro do **CONTRATADO** no Cadin Estadual, cuja consulta deverá ser feita pelo **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 6º, inciso II e parágrafo 1º da Lei Estadual nº. 12.799/2008 c.c. artigo 7º, inciso II e parágrafo 1º do [Decreto Estadual nº. 53.455/2008](#).
- 7.18. Havendo atraso no pagamento por razões não imputáveis ao **CONTRATADO**, o valor devido será atualizado pelo **IPC-FIPE** na forma da legislação aplicável, calculado pro rata temporis em relação ao atraso verificado.
- 7.18.1. Não será considerado atraso o período de suspensão dos pagamentos em razão do descumprimento das condições fixadas em contrato, nem as retenções para compensação com eventuais multas e prejuízos causados à Universidade ou a terceiros.
- 7.18.2. O pagamento da atualização financeira estabelecida neste artigo dependerá de requerimento a ser formalizado pela empresa contratada.
- 7.19. Eventuais irregularidades nas condições de pagamento ou nos documentos exigidos (Nota Fiscal, Fatura e demais documentos exigíveis) para sua liberação deverão ser regularizadas até o sétimo dia anterior ao término do prazo de pagamento.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 7.20. Caso não ocorra a regularização no prazo definido no item anterior, o pagamento ficará suspenso e será efetuado em até 07 (sete) dias, contados a partir do dia seguinte à regularização.
- 7.21. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.
- 7.22. Caso sejam constatadas irregularidades na execução do objeto contratado, será descontada do pagamento a importância correspondente ao descumprimento, sem prejuízo da eventual rescisão do contrato e aplicação das demais penalidades cabíveis.

Forma de pagamento

- 7.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do **CONTRATADO** no Banco do Brasil S/A, ficando terminantemente vedada a negociação da duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros.
- 7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
 - 7.24.1. O **CONTRATANTE** poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.
 - 7.24.2. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.25. O **CONTRATADO** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

- 8.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, caput, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

Forma de fornecimento

- 8.2. A execução do objeto será **integral**.

Exigências de habilitação

- 8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta aos seguintes cadastros informativos oficiais:
- a. SICAF;
 - b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
 - c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
 - d. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
 - e. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
 - f. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e
 - g. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).
- 8.4. A consulta ao cadastro especificado na alínea “d” do item anterior será realizada em nome da pessoa jurídica fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

- 8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.6. Também constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.
- 8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.8. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.10. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

- 8.12. Observadas as disposições do art. 18 do Decreto Estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024, e considerando que o objeto desta contratação se encontra enquadrado no Inciso I, deverá ser apresentada a seguinte documentação:
 - 8.12.1. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual (Certidão de Débitos tributários Inscritos na Dívida Ativa)**, do domicílio ou sede do fornecedor;
 - 8.12.1.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e/ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

8.12.2. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (**CNDT**) ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.12.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (**RFB**) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (**PGFN**), **referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU)** por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.12.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

Qualificação Técnica

8.13. Registro regular da empresa junto ao **CREA/CAU**;

8.14. Indicação de **profissional responsável habilitado** na área de engenharia civil/estrutural;

8.15. Atestado de capacidade técnica compatível com o objeto desta contratação.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 11.590,00 (onze mil quinhentos e noventa reais)**, conforme custos unitários apostos **em anexo**.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I. Gestão/Unidade: Museu Paulista;

II. Fonte de Recursos: Tesouro do Estado;

III. Programa de Trabalho: Administração Geral;

IV. Elemento de Despesa: Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica;

V. Plano Interno: Gestão de Infraestrutura (não previsto no PCA 2025).



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

São Paulo, na data da assinatura eletrônica.

Documento assinado digitalmente
gov.br THIAGO DE FREITAS TONIOLO
Data: 11/09/2025 16:08:45-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Thiago de Freitas Toniolo
Analista para Assuntos Administrativos
Museu Paulista – USP

ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL

Ao Museu Paulista da Universidade de São Paulo,

1. OBJETO

Prestação do serviço de **engenharia para elaboração de Laudo e Relatórios Técnicos** conforme especificações, condições e exigências do Termo e Referência do Aviso de Contratação Direta nº 31/2025.

2. DOS PREÇOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de serviço de engenharia para elaboração de: - 01 (um) laudo estrutural de verificação da capacidade de carga do piso superior do imóvel localizado na Rua Xavier Curado, nº 25, Ipiranga – São Paulo/SP; e - 02 (dois) relatórios técnicos de impermeabilização , referentes aos imóveis situados na Rua Curado, nº 25, Ipiranga – São Paulo/SP e na Rua Bom Pastor, nº 731, Ipiranga – São Paulo/SP, com vistas ao reconhecimento de pontos de infiltração, ocorrência de mofo e afins, contendo proposição detalhada de medidas de intervenção corretiva e orçamento estimado para sua execução.	Serviço	1		

VALOR TOTAL: R\$ _____ (escrever por extenso)

Nos valores acima deverão estar inclusos, todas e quaisquer despesas de responsabilidade do proponente (materiais, mão-de-obra, frete, equipamentos, veículos, espécies, impostos, gastos com pessoal, etc.), que, direta ou indiretamente, decorram do fornecimento do objeto contratado.

3. LOCAL DE EXECUÇÃO

Os serviços serão prestados nos seguintes endereços: **Rua Xavier Curado, nº 25, Ipiranga – São Paulo/SP, CEP 04210-100;** e na **Rua Bom Pastor, nº 731, Ipiranga – São Paulo/SP, CEP 04203-050.**

4. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

PRAZO DE PAGAMENTO	28 (vinte e oito) dias
PRAZO VALIDADE DA PROPOSTA	90 (noventa) dias
PRAZO DE ENTREGA	30 (trinta) dias corridos

5. DADOS DA PROPONENTE

Razão social	
CNPJ	
Endereço completo	
Endereço eletrônico (e-mail)	
Telefone	
Dados bancários para pagamento	Banco do Brasil (001), agência XXX-X, conta XX.XXX-X
Responsável pela proposta (Nome completo)	
Cargo do responsável pela proposta	
Telefone do responsável pela proposta	

....., de de
(Local) (Data)

(Assinatura)

Nome e Cargo do Representante Legal

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 31/2025 – MP

ANEXO III – ORIENTAÇÕES SOBRE A RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA

Em razão da publicação da IN RFB nº 2.145/2023, que alterou a IN RFB nº 1.234/2012, a Universidade de São Paulo, na condição de Autarquia Especial do Governo do Estado de São Paulo, deverá realizar a retenção na fonte do valor correspondente ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza incidente sobre rendimentos pagos às pessoas jurídicas contratadas para fornecimento de bens e prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, observadas as disposições da Lei nº 9.430/1996, do Decreto nº 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda) e da Portaria Conjunta CGE/CAF nº 01/2023.

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023

Por decorrência, será de exclusiva responsabilidade da pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço destacar no documento fiscal a alíquota a ser descontada, observadas as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012 e a coluna “IR (02)” do Anexo I da mesma Instrução ou, quando amparados por isenção, não incidência ou alíquota zero, destacar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do Imposto sobre a Renda (IR) ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou do serviço.

ANEXO IV – JUSTIFICATIVA DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da presente contratação foi realizada com base em solicitação formal de orçamento com fornecedores, em conformidade com a Lei 14.133, Art. 23, § 1º, IV. O valor estimado total da contratação, **R\$ 11.590,00** (onze mil quinhentos e noventa reais), corresponde à média aritmética dos três valores orçados para o serviço requisitado, conforme discriminado na Tabela 1. As propostas de orçamento oferecidas por cada fornecedor constam no Subanexo 1.

Tabela 1 – Valor unitário e valor estimado total da contratação.

Item	Serviço	Un. de mens.	Qtd. total	Fornecedores			Valor unitário médio	Valor total
				<i>roseli costa nunes</i>	<i>manuline engenharia</i>	<i>ETP perícia</i>		
				valor unitário	valor unitário	valor unitário		
1	Contratação de serviço de engenharia para elaboração de: - 01 (um) laudo estrutural de verificação da capacidade de carga do piso superior do imóvel localizado na Rua Xavier Curado, nº 25, Ipiranga – São Paulo/SP; - 02 (dois) relatórios técnicos de impermeabilização , referentes aos imóveis situados na Rua Curado, nº 25, Ipiranga – São Paulo/SP e na Rua Bom Pastor, nº 731, Ipiranga – São Paulo/SP,	serviço	1	R\$ 6.000,00	R\$ 11.880,00	R\$ 16.890,00	R\$ 11.590,00	R\$ 11.590,00
Valor estimado total da contratação:					R\$ 11.590,00			

SUBANEXO 1

Cotações formais do serviço de elaboração de laudo estrutural e relatórios técnicos de infiltração

Museu Paulista UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A/C Srta Elaine

PARA QUE SERVE LAUDO TÉCNICO DE IMPERMEABILIZAÇÃO

Um laudo técnico de impermeabilização é um documento elaborado por um engenheiro civil ou técnico especializado que avalia a eficácia e o estado dos sistemas de impermeabilização de uma construção. Ele identifica problemas como infiltrações, mofo e danos estruturais causados pela água, recomendando soluções para reparo e prevenção.

Um laudo técnico de impermeabilização é um relatório detalhado que analisa a integridade dos sistemas de impermeabilização de uma edificação. Ele verifica se a impermeabilização está em bom estado, se há infiltrações e quais as causas, além de indicar as melhores soluções para corrigir problemas e evitar novos danos.

O laudo técnico de impermeabilização é recomendado em diversas situações, como:

Identificação de problemas:

Quando há sinais de infiltração, como manchas de umidade, mofo ou deterioração de materiais.

Manutenção preventiva:

Para verificar o estado da impermeabilização e evitar problemas futuros, especialmente em áreas sujeitas à umidade, como lajes, piscinas e áreas externas.

Resolução de conflitos:

Em casos de disputas entre proprietários, o laudo pode ser utilizado como prova técnica para identificar a causa e a responsabilidade pelas infiltrações.

Compra e venda de imóveis:

O laudo pode ser solicitado para garantir que o imóvel não possui problemas de impermeabilização e evitar transtornos futuros.

Reforma ou construção:

O laudo pode ser utilizado para verificar a qualidade da impermeabilização durante e após a obra.

O laudo de impermeabilização é essencial para:

Garantir a segurança e durabilidade da estrutura: Infiltrações podem causar danos estruturais, levando a problemas como corrosão de armaduras, rachaduras e desabamentos.

Preservar a saúde:

A umidade favorece o crescimento de mofo, que pode causar problemas respiratórios e alergias.

Garantir o conforto e bem-estar:

Infiltrações causam desconforto, prejudicando a qualidade de vida dos moradores.

LAUDO ESTRUTURAL

A NBR 6120 é uma norma técnica brasileira que estabelece os valores e critérios para determinação das cargas que devem ser consideradas no projeto de estruturas de edificações. Ela define tanto as cargas permanentes (peso próprio da estrutura, revestimentos, etc.) quanto as cargas acidentais (pessoas, móveis, equipamentos, etc.) que atuam sobre a estrutura. A norma é fundamental para garantir a segurança e a estabilidade das edificações, fornecendo parâmetros para o dimensionamento adequado dos elementos estruturais.

Segurança: A norma é essencial para garantir que a estrutura da edificação seja capaz de suportar as cargas previstas, evitando colapsos e acidentes.

EMPRESA: ROSELI COSTA NUNES

ROSELI COSTA NUNES – Sócia Proprietária

CPF: 111.197.088-26

E-mail: jnnengenhariaeletrica@gmail.com Tel: (11)95461-1461 (11)96661-3491

Museu Paulista
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A/C Srta Elaine

ORÇAMENTO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	MARCA	V.UNIT.	V.TOTAL MAX.
1	Laudo técnico referente a carga para laje incluindo cargas permanentes (como o peso próprio da laje e paredes) e cargas acidentais (como ocupação, móveis, etc.) seguindo as normas técnicas, como a NBR 6120. Endereço Rua chavier curado N.25 ipiranga – Sp	UNID	1		R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
2	Laudo técnico de impermeabilização: Testes e análises realizados para identificar problemas de impermeabilização. Detalhes sobre as áreas com problemas de impermeabilização, como infiltrações, mofo, etc. Sugestões de soluções para corrigir os problemas e evitar novas infiltrações. Recomendações técnicas: Sugestões de soluções para corrigir os problemas e evitar novas infiltrações. Endereço Rua Chavier Curado N.25 ipiranga – Sp	UNID	1		R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
3	Laudo técnico de impermeabilização: Testes e análises realizados para identificar problemas de impermeabilização. Detalhes sobre as áreas com problemas de impermeabilização, como infiltrações, mofo, etc. Sugestões de soluções para corrigir os problemas e evitar novas infiltrações. Recomendações técnicas: Sugestões de soluções para corrigir os problemas e evitar novas infiltrações. Endereço Rua Bom Pastor N.731 – Ipiranga – Sp, neste Laudo iremos incluir recomendações e orientações sobre a marquise externa deste imóvel	UNID	1		R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
						R\$ 6.000,00

1. DADOS DA PROPONENTE:

Razão Social: ROSELI COSTA NUNES	
Endereço: RUA PAULO SERGIO MILLIET 224 – CEP:03921-040 – JARDIM IVA - SP	
Telefone: (11) 966613491 OU(11) 954156193	E-mail: jnnengenhariaeletrica@gmail.com
CNPJ: 33.561.890/0001-60	Inscrição Estadual: 126.051.164.111
Inscrição Municipal:	
Nossa conta	
Banco do Brasil	
Agência: 4871-2 C.C.35829-0	
Dados para assinatura contratual: Roseli Costa Nunes, nacionalidade brasileira, casada, empresária, portador do RG nº: e CPF nº , Rua Costa Sergio Milliet 224 – Jardim Iva – São Paulo Cep: 03921-040	
Optante do Simples: MEI	

2. PROPOSTA DE PREÇOS

R\$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)

Forma de pagamento: Á combinar

Proposta valida por: 30 dias

Execução: Imediato

OBSERVAÇÕES:

- **Valores unitários: conforme planilha de composição de preços.**
- **No valor proposto já estão considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e despesas decorrentes da execução do objeto;**
- **Quaisquer tributos, encargos, custos e despesas, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados Pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo a execução ser realizada sem ônus adicional;**

EMPRESA: ROSELI COSTA NUNES

ROSELI COSTA NUNES – Sócia Proprietária

CPF: 111.197.088-26

E-mail: jnnengenhariaeletrica@gmail.com Tel: (11)95461-1461 (11)96661-3491

33 561 890

ROSELI COSTA

NUNES:33561

890000160

Assinado de forma digital por 33 561 890 ROSELI COSTA NUNES:3356189000 0160
Dados: 2025.09.04 15:10:45 -03'00'

Assunto: Proposta de serviço de laudo técnico para avaliação de Impermeabilização e Infiltrações

Proposta Comercial nº 0216_25 – revisão 0

Cliente: Museu Paulista USP

**Local: Imóvel 1: Rua Xavier Curado, 25 – Ipiranga
Imóvel 2: Rua Bom Pastor, 731 - Ipiranga**

A/C: Elaine Brito

São Paulo, 23 de agosto de 2025.

Cliente: Museu Paulista USP

A/C: Elaine Brito

Visando o mercado crescente na construção civil, a MANULINE Elétrica surge para suprir a necessidade de profissionais qualificados na área de projetos, desenvolvimento e instalação na área elétrica. Tais necessidades do mercado que nós estamos aos poucos tentando suprir com preços realistas e qualidade de execução não encontrada anteriormente.

Nossa Missão: Compreender as necessidades dos nossos clientes proporcionando soluções e utilizando as tecnologias mais atuais e com menor impacto operacional, proporcionando maior eficiência e aumento de produtividade.

Nossa Visão: Ser reconhecida pelos nossos clientes, parceiros e colaboradores como a melhor empresa de soluções tecnológicas e com uniformidade e excelência na prestação de serviços.

Nossos Valores:

Profissionalismo
Integridade
Credibilidade
Satisfação dos colaboradores
Autonomia
Transparência
Responsabilidade
Qualidade em tudo o que faz

Agradecemos a oportunidade e esperamos ter atendido as necessidades de v.sas., colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Rafael Lossaso
+55 11 9 6317 9822
rafael@manuline.com.br

1. PROPOSTA

Realização de vistoria para identificação de possíveis infiltrações, com presença de umidade, mofo, bolhas pertinentes a irregularidade na impermeabilização do imóvel, com verificação de possíveis fissuras, trincas ou juntas mal seladas na cobertura, obstrução de calhas, ralos e condutores, identificação de vazamentos ou avaliação.

2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Avaliação Técnica da Cobertura e Lajes Expostas

- Verificação de fissuras, trincas e pontos de empoçamento;
- Análise da integridade da impermeabilização (manta, pintura ou outros sistemas);
- Avaliação da proteção mecânica e presença de patologias aparentes;
- Análise de presença de umidade no forro/laje inferior.

2.2. Análise de Calhas, Ralos e Condutores Pluviais

- Inspeção quanto a obstruções, vazamentos e falhas de fixação;
- Checagem de pontos de transbordamento ou deterioração de material;
- Verificação da vedação e escoamento dos ralos.

2.3. Verificação de Fachadas e Paredes Externas

- Análise de rebocos, pinturas e revestimentos quanto a desagregações ou manchas;
- Identificação de infiltrações por capilaridade ou falhas em juntas de dilatação;
- Avaliação de esquadrias e elementos de vedação.

2.4. Inspeção de Esquadrias e Vãos Técnicos

- Verificação de estanqueidade de portas e janelas;
- Avaliação da vedação de trilhos, batentes e caixilhos;
- Teste de vedação com simulação de chuva (se solicitado).

2.5. Avaliação de Áreas Internas Molhadas

- Banheiros, cozinhas e áreas de serviço;
- Verificação de revestimentos, rejuntas, impermeabilização de piso;
- Identificação de vazamentos ocultos, manchas ou bolores.

2.6. Avaliação de Jardineiras, Platibandas e Reservatórios Externos

- Verificação da impermeabilização e sistema de drenagem;
- Presença de infiltração em áreas adjacentes.

3. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Esta proposta está baseada nos documentos e informações obtidas como citado no item 4, portanto, alterações de sistemas, equipamentos etc., poderão implicar em custos adicionais de projeto / execução, que serão discutidos antes da execução. Alterações que venham a gerar custos, somente serão efetuadas após aprovação do cliente.

4. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Solicitação via whatsapp;

5. PRAZOS

O prazo estimado para elaboração e apresentação do laudo é de até 5 dias úteis, após a liberação do imóvel.

6. ORÇAMENTO

R\$11.880,00

7. FORMA DE PAGAMENTO

50% no aceite da proposta;
50% na entrega do laudo;

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- ✓ Fornecer pessoal habilitado e capacitado;
- ✓ Fornecer material para execução dos serviços;
- ✓ Levantamento de dados físicos in loco;

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- ✓ Prover informações necessárias para execução dos serviços;
- ✓ Prover local livre e disponível para execução dos serviços;

10. NOTA

Todas as despesas diretas e indiretas com colaboradores e contratados, bem como despesas de locomoção, alimentação e hospedagem estão inclusas no preço orçado.

11. VALIDADE DA PROPOSTA:

10 (trinta) dias.

Assunto: Proposta de serviço de Laudo estrutural com finalidade de suporte de carga em pavimento superior

Proposta Comercial nº 0217_25 – revisão 0

Cliente: Museu Paulista USP

Local: Imóvel 1: Rua Xavier Curado, 25 – Ipiranga

A/C: Elaine Brito

São Paulo, 23 de agosto de 2025.

Cliente: Museu Paulista USP

A/C: Elaine Brito

Visando o mercado crescente na construção civil, a MANULINE Elétrica surge para suprir a necessidade de profissionais qualificados na área de projetos, desenvolvimento e instalação na área elétrica. Tais necessidades do mercado que nós estamos aos poucos tentando suprir com preços realistas e qualidade de execução não encontrada anteriormente.

Nossa Missão: Compreender as necessidades dos nossos clientes proporcionando soluções e utilizando as tecnologias mais atuais e com menor impacto operacional, proporcionando maior eficiência e aumento de produtividade.

Nossa Visão: Ser reconhecida pelos nossos clientes, parceiros e colaboradores como a melhor empresa de soluções tecnológicas e com uniformidade e excelência na prestação de serviços.

Nossos Valores:

Profissionalismo
Integridade
Credibilidade
Satisfação dos colaboradores
Autonomia
Transparência
Responsabilidade
Qualidade em tudo o que faz

Agradecemos a oportunidade e esperamos ter atendido as necessidades de v.sas., colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Rafael Lossaso
+55 11 9 6317 9822
rafael@manuline.com.br

1. PROPOSTA

Realização de vistoria para emissão de Laudo Estrutural, com foco na avaliação da capacidade de suporte de carga de um pavimento superior existente, considerando o uso pretendido e a segurança estrutural da edificação.

2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Inspeção Técnica no Local

- Vistoria técnica presencial no imóvel, com acesso ao pavimento superior e demais áreas estruturais relevantes;
- Avaliação visual e fotográfica de elementos estruturais aparentes (lajes, vigas, pilares, paredes estruturais);
- Levantamento de dados in loco: dimensões, tipos de materiais, sinais de patologias (fissuras, deformações, recalques etc.);

2.2. Análise Estrutural Simplificada

- Cálculo estimativo de capacidade de carga com base nos elementos observados e hipóteses de projeto;
- Verificação da compatibilidade entre a carga pretendida e a capacidade resistente da estrutura;
- Consideração de normas técnicas (cargas permanentes, acidentais, sobrecarga conforme NBR 6120).

2.3. Elaboração do Laudo Técnico

- Descrição da edificação e do uso atual e pretendido do pavimento;
- Registro fotográfico e técnico dos elementos estruturais;
- Avaliação técnica com conclusões sobre a segurança do uso pretendido;
- Recomendações técnicas (limites de carga, reforço estrutural, monitoramento etc.);
- Emissão de ART no CREA referente ao serviço.

3. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Esta proposta está baseada nos documentos e informações obtidas como citado no item 4, portanto, alterações de sistemas, equipamentos etc., poderão implicar em custos adicionais de projeto / execução, que serão discutidos antes da execução. Alterações que venham a gerar custos, somente serão efetuadas após aprovação do cliente.

4. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Solicitação via whatsapp;

5. PRAZOS

O prazo estimado para elaboração e apresentação do laudo é de até 5 dias úteis, após a liberação do imóvel.

6. ORÇAMENTO

R\$10.395,00

7. FORMA DE PAGAMENTO

50% no aceite da proposta;
50% na entrega do laudo;

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- ✓ Fornecer pessoal habilitado e capacitado;
- ✓ Fornecer material para execução dos serviços;
- ✓ Levantamento de dados físicos in loco;

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- ✓ Prover informações necessárias para execução dos serviços;
- ✓ Prover local livre e disponível para execução dos serviços;

10. NOTA

Todas as despesas diretas e indiretas com colaboradores e contratados, bem como despesas de locomoção, alimentação e hospedagem estão inclusas no preço orçado.

11. VALIDADE DA PROPOSTA:

10 (trinta) dias.



PROPOSTA PARA VISTORIA, ANÁLISES TÉCNICAS E EMISSÃO DE RELATÓRIO



SUMÁRIO

1 – BREVE APRESENTAÇÃO DA EMPRESA.....	3
2 – DETALHAMENTO E PROPOSTA DOS SERVIÇOS TÉCNICOS.....	4
3 – BREVE CURRÍCULO DO PROPONENTE.....	7

São Paulo, 13 de agosto de 2025.

Aos cuidados de Sra. Elaine Brito.

Encaminhamos aos interessados esta proposta de honorários para realização de vistoria técnica de engenharia e emissão de laudo sobre assuntos relacionados a resistência estrutural e infiltrações.

APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

A ETP PERÍCIA E CONSULTORIA DE ENGENHARIA é uma empresa de engenharia sediada no município de São Paulo – SP, especializada na consultoria e elaboração de laudos técnicos nas áreas da Engenharia de Avaliações, Perícias, Vistorias Técnicas e Assistente Técnico.

Possuímos um quadro técnico formado por engenheiros das áreas civil, mecânica, elétrica e agrônoma, com vasta experiência e expertise, capacitados para oferecer o melhor auxílio técnico e profissional para seus clientes. Buscamos sempre a melhor solução e assessoria dentro da ética, qualidade, presteza e normativas técnicas vigentes.

Com grande experiência no mercado da engenharia, nossos profissionais buscam desenvolver e aplicar as técnicas mais avançadas, atualizadas e exigidas no mercado atual. Temos o compromisso de estabelecer e desenvolver uma relação de respeito com nossos clientes, através do profissionalismo e qualidade dos serviços prestados.

Através do nosso corpo técnico, bem como profissionais parceiros habilitados, atendemos às demandas de Engenharia de Avaliações em todo território nacional, com vistorias e análises in loco.

SEGURANÇA E IDONIEDADE

Temos uma política de confidencialidade com o cliente e com o trabalho que será desenvolvido desde a elaboração da proposta técnica até a conclusão do trabalho. Entregamos a garantia da imparcialidade da transação e respeitamos a seguridade dos dados envolvidos, conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 ou “LGPD”).

ALGUNS DOS PARCEIROS E CLIENTES



[HTTP://WWW.ETPPERICIAS.COM.BR/](http://www.etppericias.com.br/)

ETP Perícias e Consultoria de Engenharia - Av. Das Nações Unidas, nº 18801, cj.06 – São Paulo

3

1. Objetivo

Preliminarmente, o objeto desta análise são dois imóveis comerciais localizados no município de São Paulo – SP.

O objetivo da presente proposta, em favor da solicitante, é a realização de vistoria técnica de engenharia civil para análise das condições atuais e estudo das documentações, bem como elaboração de laudo técnico.

Todo o trabalho será conduzido e desenvolvido por uma equipe de engenheiros expert no assunto.

Todo o desenvolvimento dos trabalhos, bem como fundamentação e redação do laudo, será pautado em legislações e normas técnicas vigentes, transparecendo ao máximo o preconizado pelos órgãos legais.

A seguir o descritivo de serviços em cada um dos imóveis:

1.1 – RUA XAVIER CURADO, nº 25 - IPIRANGA, SÃO PAULO - SP, CEP 04210-100



- 1 (um) parecer técnico de infiltração/impermeabilização do imóvel completo (paredes e telhado).
- 1 (um) laudo estrutural com finalidade de suporte de carga em pavimento superior.

[HTTP://WWW.ETPPERICIAS.COM.BR/](http://www.etppericias.com.br/)

ETP Perícias e Consultoria de Engenharia - Av. Das Nações Unidas, nº 18801, cj.06 – São Paulo

4

1.2 – RUA BOM PASTOR, nº 731 - IPIRANGA, SÃO PAULO - SP, CEP 04203-050



- 1 (um) parecer técnico de infiltração/impermeabilização do imóvel completo (paredes e telhado).

2. Características do relatório técnico

Serão apresentados 3 relatórios, sendo um para cada atividade, contemplando:

- 2.1 Descrição do imóvel.
- 2.2 Análise das documentações disponíveis.
- 2.3 Características observadas.
- 2.4 Resultados dos ensaios realizados.
- 2.5 Conclusões.
- 2.6 Recomendações técnicas para solução e prevenção.
- 2.7 Imagens fotográficas, inclusive com drone.

Obs. Para o estudo estrutural de suporte de carga foi considerada a extração de até 6 corpos de prova para rompimento em laboratório (se necessário).

3. Considerações Gerais

3.1 Prazos:

- Vistoria: Em até 10 dias após contratação.
- Laudo: Em até 30 dias, podendo ser reduzido

3.2 Custos de impressões, impostos e entregas já estão contemplados no valor total dos serviços.

3.3 Fornecimento de ART.

3.4 Entrega do laudo a critério do cliente (físico e/ou digital).

3.5 Acessos: O contratante deverá disponibilizar acesso a todas as áreas solicitadas, bem como andaimes, escadas e equipamentos de segurança quando necessário.

3.6 Documentação: O contratante deverá fornecer breve histórico dos fatos acompanhado de toda a documentação necessária e/ou disponível.

4. Valor total dos trabalhos:

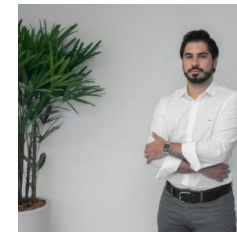
4.1 O valor total dos serviços é igual a R\$ 16.890,00.

4.2 – Sugestões de formas de pagamento:

- A – Pagamento integral na contratação com 10% de desconto, totalizando R\$ 15.201,00.
- B – 50% na contratação e saldo na entrega do laudo
- C – Parcelado no cartão de crédito em até 12x, com acréscimo das taxas da operadora.

Atenciosamente,

Eng. Tiago Guimarães
CREA 5063356778 – IBAPE 2258
(11) 94370-7325
contato@etppericias.com.br
eng.tiagoguimaraes@hotmail.com



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 31/2025 – MP

APÊNCIDE

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

DEMANDA DE COMPRA Nº 271089/2025

Tendo como base o disposto no artigo 18 - § 1º - o estudo técnico preliminar deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - Descrição da necessidade da contratação/aquisição, GLOBAL ou por ITEM, conforme o caso, considerado o problema (ou necessidade) a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.

A presente demanda tem por finalidade a contratação dos seguintes serviços especializados:

- 1 (um) laudo de verificação de capacidade de carga do piso superior do imóvel localizado na Rua Xavier Curado, 25 destinado a abrigar parte do acervo institucional;
- 2 (dois) relatórios técnicos de impermeabilização, referentes a imóveis do Museu (Xavier Curado e Bom Pastor), com visita e reconhecimento dos pontos de infiltração, mofos, etc. e proposição detalhada de medidas de intervenção com orçamento estimado.

A necessidade da contratação decorre de situações extraordinárias e urgentes, diretamente relacionadas à missão institucional de preservação, guarda e difusão do acervo, bem como à manutenção da integridade física dos imóveis sob responsabilidade do Museu.

Sob a perspectiva do interesse público, a contratação visa:

- Assegurar a integridade e conservação do acervo museológico, garantindo que os espaços destinados ao armazenamento estejam adequados em termos de segurança estrutural (capacidade de carga) e de conservação preventiva (ausência de infiltrações);
- Prevenir riscos patrimoniais e estruturais, uma vez que infiltrações recorrentes podem comprometer não apenas a preservação dos bens culturais, mas também a estabilidade construtiva dos imóveis;
- Subsidiar futuras intervenções técnicas e de manutenção, por meio de diagnósticos elaborados por profissionais habilitados, de modo a orientar adequadamente o planejamento e execução de soluções de engenharia compatíveis com a relevância do patrimônio cultural envolvido.

Portanto, a contratação é imprescindível para garantir as condições necessárias à guarda segura de novos acervos e à conservação dos imóveis, atendendo ao interesse público e às boas práticas de gestão do patrimônio cultural.

II - Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração.

A presente contratação não estava prevista no Plano de Contratações Anual, uma vez que se trata de necessidade extraordinária, surgida em virtude:

- da urgência de adequação de espaço físico para acomodação de novos acervos;
- da constatação de infiltrações em imóveis, que demandam diagnóstico técnico imediato.

Justificativa: A contratação decorre de demanda imprevista e emergencial, não passível de planejamento anterior, mas necessária para garantir a segurança estrutural dos imóveis e a preservação do acervo.

III - Requisitos da contratação.

- Emissão de 1 laudo técnico de verificação da capacidade de carga do piso superior do imóvel da Xavier Curado;
- Elaboração de 2 relatórios técnicos de impermeabilização para imóveis do Museu (Xavier Curado e Bom Pastor), contemplando inspeção, diagnóstico dos pontos de infiltração, mofos, etc e proposição detalhada de medidas de intervenção corretiva com orçamento estimado.

Profissionais ou empresas devem possuir responsabilidade técnica registrada em conselho profissional competente (CREA/CAU). Documentos com emissão de ART. É fundamental que os dois relatórios técnicos devem prever as soluções detalhadas com orçamento estimado.

Justificativa: Os requisitos asseguram que a Administração receba documentos técnicos válidos, emitidos por profissionais habilitados, garantindo confiabilidade e segurança às informações.

IV - Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.

1 laudo de capacidade de carga – referente ao imóvel da Xavier Curado.

2 relatórios técnicos de impermeabilização – referentes aos imóveis da Xavier Curado e Bom Pastor.

Memória de cálculo: A quantidade está diretamente vinculada às demandas identificadas em vistoria prévia, sendo limitada aos imóveis onde foram constatadas necessidades específicas, sem interdependência com outras contratações.

V - Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.

Foram identificadas empresas de engenharia e consultoria que oferecem serviços técnicos de inspeção, laudos estruturais e relatórios de impermeabilização. O mercado apresenta ampla oferta, sendo possível a contratação por meio de procedimento competitivo.

Justificativa técnica e econômica: Optou-se pela contratação de serviços técnicos especializados, em vez de execução direta, devido à necessidade de conhecimento específico, responsabilidade técnica e garantia de confiabilidade nos resultados. O custo de contratação tende a ser inferior ao risco de perda patrimonial e de comprometimento estrutural.

VI - Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação.

Foram realizada com base em pesquisa de preços de mercado junto a fornecedores especializados, constantes em nosso banco de dados.

Documentos de suporte: planilhas comparativas de orçamento. Vide anexo para o elemento VI.

VII - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso.

Não se aplica o parcelamento.

Apesar de se tratar de itens distintos (laudo estrutural e relatórios de impermeabilização), todos são serviços técnicos de engenharia, de natureza semelhante, e podem ser contratados de forma conjunta, otimizando a gestão contratual.

VIII - Justificativas para o parcelamento (divisão do objeto em lotes) ou não da contratação/aquisição.

Não se aplica o parcelamento.

Apesar de se tratar de itens distintos (laudo estrutural e relatórios de impermeabilização), todos são serviços técnicos de engenharia, de natureza semelhante, e podem ser contratados de forma conjunta, otimizando a gestão contratual.

IX - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Diagnóstico técnico confiável sobre a capacidade de carga para guarda de acervos;

Identificação dos pontos de infiltração, mofos e demais avarias do tipo com recomendação detalhada para intervenção, bem como orçamento estimado;

Evitar danos ao patrimônio cultural e à estrutura predial;

Otimizar recursos financeiros por meio da prevenção de problemas futuros mais onerosos.

Justificativa: A contratação possibilitará decisões seguras para conservação de imóveis e acervos, reduzindo custos de manutenção corretiva.

X - Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual.

Indicação formal de gestor e fiscal do contrato;

Capacitação mínima dos servidores quanto ao acompanhamento e conferência documental (laudos e relatórios);

Disponibilização de acesso aos imóveis e às informações necessárias.

Justificativa: Tais medidas asseguram o adequado acompanhamento contratual e a plena execução dos serviços.

XI - Contratações correlatas e/ou interdependentes.

Não há contratações interdependentes em andamento.

A contratação é pontual, restrita à emissão dos documentos técnicos necessários.

XII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.

Não se identificam impactos ambientais diretos, pois trata-se apenas de emissão de documentos técnicos.

Os serviços não envolvem execução de obras ou descarte de materiais, não gerando resíduos, consumo de energia ou necessidade de logística reversa.

XIII - Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação/aquisição para o atendimento da necessidade a que se destina.

A contratação de 1 laudo estrutural e 2 relatórios de impermeabilização é adequada, necessária e proporcional ao atendimento da demanda institucional, garantindo segurança estrutural para a guarda de acervos, prevenção de riscos de infiltração e preservação do patrimônio cultural.



USPAssina - Autenticação digital de documentos da USP

Registro de assinatura(s) eletrônica(s)

Este documento foi assinado de forma eletrônica pelos seguintes participantes e sua autenticidade pode ser verificada através do código HLD3-H3GK-PTV6-5VSY no seguinte link: <https://portalservicos.usp.br/iddigital/HLD3-H3GK-PTV6-5VSY>

Paulo César Garcez Marins

Nº USP: 1368830

Data: 12/09/2025 11:05